

ASSIS, JOÃO MARCUS FIGUEIREDO; RODRIGUES, DENISE
DOS SANTOS. *CIDADANIA, MOVIMENTOS SOCIAIS
E RELIGIÃO: ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS*.
RIO DE JANEIRO: EDUERJ, 2013. 252 P.

Francisco Gonzaga¹

Cidadania, Movimentos Sociais e Religião: Abordagens Contemporâneas é uma publicação recente, que resulta de um simpósio com o mesmo nome ocorrido na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em agosto de 2012. O livro, organizado por João Marcus Figueiredo Assis e por Denise dos Santos Rodrigues, possui doze capítulos que foram escritos por cientistas sociais participantes do simpósio em questão e por autores convidados. Os textos, se por um lado estão vinculados ao eixo temático central do simpósio – que envolve as relações entre o fenômeno religioso e os movimentos sociais –, por outro, desdobram-se em diversas discussões específicas, como as relações políticas da Igreja Católica, a secularização no Brasil, o papel da religião na luta pela terra, a presença religiosa em contextos populares, as atuais mudanças no campo religioso brasileiro, entre outras.

No artigo que dá início à coletânea, Ivo Lesbaupin aborda as ações da Igreja Católica e suas posturas políticas frente à ditadura militar brasileira. O autor identifica diversos momentos pelos quais a instituição teria passado durante o período do regime: uma fase inicial na qual se revela uma aprovação do golpe por parte da Igreja (1964-1970); uma fase de oposição aberta (1970-1976), coincidente com o aumento de prisões, torturas, desaparecimentos e mortes de padres contrários às práticas do regime; e uma fase em que a oposição é mantida ao mesmo tempo em que ocorre um maior engajamento da Igreja junto a setores populares (1977-1985). Dentre tais setores, destacam-se o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Ao

¹ Graduando em Ciências Sociais pela UFRGS. Contato: francisco_a.g@hotmail.com

longo de todo o período ditatorial, Lesbaupin resume o episcopado brasileiro em três grupos principais: a maioria moderada, uma boa parte progressista e uma minoria conservadora. A partir do término da ditadura, o que se verifica, no entanto, é que a Igreja Católica no Brasil torna-se, pouco a pouco, mais tradicional, tendo sua presença política limitada.

De forma convergente, o texto de Abner Francisco Sótenos trata de mecanismos de espionagem e de repressão utilizados contra a diocese de Nova Iguaçu (RJ) nos anos de ditadura militar. A partir de dados cuja divulgação foi possibilitada pela criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2012, Abner busca demonstrar a forte disposição dos órgãos governamentais para intimidar e reprimir agentes político-religiosos locais comprometidos com setores populares. A partir dos anos 1960, sob influência do Concílio Vaticano II (1962-1965), da linha pastoral das Comunidades Eclesiais de Base e da Teologia da Libertação, a Diocese de Nova Iguaçu passa a incentivar a formação de um aparato teológico baseado na luta contra as injustiças sociais, apoiando movimentos sociais populares e posicionando-se de forma contrária ao regime militar.

Em um contexto no qual os bispos e padres mais afinados com tal posicionamento tornaram-se alvos corriqueiros da repressão no país, Dom Adriano Hipólito, bispo da diocese de Nova Iguaçu, e toda a sua rede, foram constantemente espionados pelos órgãos repressores governamentais, considerados “subversivos”, “perigosos”, “imorais” e “comunistas”. A disseminação desta visão autoritária provocou a censura do periódico diocesano, o sequestro do bispo Dom Adriano, em 1976 – quando o mesmo foi pintado de vermelho e largado nu em um local afastado, enquanto seu carro vazio era explodido – e outro atentado, ocorrido em 1979, no qual uma bomba foi explodida embaixo do altar-mor da catedral da diocese. Estes crimes não foram devidamente investigados, por mais que, para o autor, tenha sido notório o seu envolvimento com as forças armadas. Não obstante, Sótenos conclui que, em “Nova Iguaçu [...] a despeito de sua vulnerabilidade à repressão [...], suas lideranças foram capazes de construir uma rede de solidariedade e de luta contra as arbitrariedades do Estado” (p. 164).

Em sua contribuição para o livro, Ronald Apolinário de Lira também escreve sobre a diocese de Nova Iguaçu (RJ), porém enfocando em sua Pastoral da Juventude (PJ) como um ator social importante nas militâncias locais de esquerda. Para isso, o autor narra um pouco da história da diocese – criada em pleno reavivamento progressivo da Igreja Católica, nos anos 1960 – e da criação de sua Pastoral da Juventude, já nos anos 1970. Essa última teve, desde o início, sua base ideológica pautada nos escritos da Teologia da Libertação, postura cristã humanista e de caráter marxista. Disso resulta que muitos católicos participantes da PJ de Nova Iguaçu entre os anos 1980 e 2000 se lançaram na vida política e partidária, como Artur Messias e André Taffarel, militantes cujas trajetórias são apresentadas no capítulo. Para Ronald, as recentes ações políticas destes dois governantes locais, vinculados ao Partido dos Trabalhadores (PT), demonstram que suas escolhas tendem a ir em direção a um pragmatismo político, em detrimento das opiniões e crenças sustentadas enquanto militantes da PJ.

Indo em outra direção, Denise dos Santos Rodrigues traz dados de pesquisa coletados entre homens de dezoito a vinte anos, refletindo sobre a religiosidade jovem no mundo atual e sobre as recentes mudanças no cenário religioso brasileiro. Os dados expostos foram coletados a partir de questionários realizados com jovens cariocas do sexo masculino que retiravam seu certificado de alistamento militar, combinando, assim, aspectos demográficos, geográficos, econômicos e religiosos. Dos 465 entrevistados, 34% declararam-se católicos; 31,4%, sem religião; 31%, evangélicos e 3,6%, pertencentes a outros grupos, como espíritas, budistas e adeptos de religiões afro-brasileiras. Alguns aspectos correspondem ao que já se tornava visível a partir dos últimos recenseamentos no Brasil, como o crescimento da presença evangélica. Por outro lado, o grande número de jovens autodeclarados “sem religião” não se reduz a ateus e agnósticos, apesar de evidenciar um processo de destradicionalização. Na verdade, os “sem religião” podem se dividir em, no mínimo, duas categorias distintas: os “sem religião sem religiosidade” e os “sem religião com religiosidade”, sendo este último o que predominou entre os jovens em questão.

Já *A secularização do Brasil na Primeira República e a criminalização do espiritismo* é um artigo que debate, sob uma perspectiva histórica, temas como a liberdade religiosa e as relações entre Estado e determinados segmentos religiosos. Adriana Gomes, a autora, analisa o processo de secularização brasileiro e a teórica separação entre o Estado e a Igreja Católica, que se dá a partir de 1890. Ao mesmo tempo, a autora busca relativizar a laicidade de tal empreendimento, visto que, na prática, a proposta de um Estado neutro não se aplicava nem mesmo aos protestantes e aos judeus, grupos religiosos juridicamente isonômicos aos católicos. Às religiosidades mediúnicas, como o espiritismo e os cultos afro-brasileiros, sobrou o fardo de tampouco serem consideradas “religião”, tendo suas práticas criminalizadas pelo Código Penal de 1890, sob rótulos de “charlatanismo”, “curandeirismo”, “feitiçaria”, dentre outros.

Por sua vez, os relatos de Nadir Lima Júnior concentram-se na importância de elementos religiosos na ideologia política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, do Movimento de Moradia e do Movimento de Mulheres Camponesas. Nadir identifica um terreno comum entre esses movimentos sociais, qual seja a influência de componentes cristãos e marxistas em sua constituição, advindos tanto das Comunidades Eclesiais de Base quanto de partidos políticos e de intelectuais. O trabalho também busca expor uma progressiva mudança na estruturação desses movimentos a partir de determinados eventos, como a ascensão do governo Lula, o enfraquecimento da Teologia da Libertação e o advento das igrejas neopentecostais. O autor constata, a exemplo de Lira em relação aos antigos militantes da PJ em Nova Iguaçu, que o que ele chama de “ideologia político-religiosa” torna-se, cada vez mais, uma “ideologia político-pragmática”: “[...] os elementos religiosos que antes serviam como um amálgama ideológico [...] agora vão sendo substituídos por certo ‘pragmatismo político’ que nega qualquer tipo de projeto político futuro” (p. 80).

O texto seguinte, de Vitor Barletta Machado, detém-se sobre algo parecido: o papel da religiosidade na formação e na organização de assentamentos rurais em Sumaré (SP). Com a organização de uma Comunidade Eclesial de Base (CEB) nessa cidade do interior paulista, a partir de 1982, há uma

série de movimentos que culminam na formação de três assentamentos rurais. Segundo Barletta, a articulação da CEB de Sumaré – que inicia com a busca de melhorias gerais para seu bairro e que possibilita, mais adiante, a ocupação de terras – jamais se desvincula de uma linguagem religiosa, visto que as próprias reuniões desse grupo giravam em torno de leituras da Bíblia. Formada em grande parte por migrantes advindos do meio rural e desempregados, a comunidade ali pôde identificar suas dificuldades de luta pela terra com os relatos bíblicos hebraicos. O autor traz, ademais, dados etnográficos que evidenciam a indissociabilidade entre a luta pela terra em Sumaré e a sua religiosidade, juntamente com um poema escrito por uma já falecida moradora de um dos assentamentos em questão.

Fugindo um pouco da temática religiosa, o artigo de Gisele dos Reis Cruz apresenta uma reflexão crítica sobre o estímulo de processos participativos pelo Estado, pondo em cheque o formato de cidadania dessa forma construído. A socióloga toma os programas Comunidade Solidária e Comunidade Ativa como exemplos dessa lógica de participação cidadã que não estaria voltada para a emancipação de fato, mas para a mera administração de conflitos. Sob este ponto de vista, a ênfase em conceitos como solidariedade, consenso e concentração nada mais seria do que parte de um “[...] processo educacional orientado para a reprodução da nova fase de acumulação capitalista [...] por meio da matriz neoliberal” (p. 136).

No mesmo sentido, a contribuição de Maria Saraiva da Silva não aborda diretamente o fenômeno religioso, porém reflete sobre aspectos teórico-metodológicos de sua pesquisa, que diz respeito à subjetividade de mulheres negras, idosas e cearenses. Seu estudo, através da história oral, debruça-se sobre as memórias de tais mulheres, como uma forma de reconhecimento de seu papel na construção social do Ceará. Em suas palavras, “[...] os trabalhos de pesquisa que trazem a história oral como metodologia podem tornar-se colaborativos no sentido de que se realizam a partir da contribuição dos sujeitos participantes [...] auxiliando na reconstrução da história local através do viés pessoal da memória” (p. 214). Utilizando-se de dados coletados em entrevistas e questionários, a pesquisa busca revelar

como essas pessoas se percebem, ou não, enquanto mulheres e negras na sociedade cearense, bem como se as reflexões provenientes do movimento negro influenciam as relações familiares desses sujeitos.

Em *Favela e Pacificação: Religião e Estado no ordenamento do espaço social*, João Marcus Figueiredo Assis, um dos organizadores da publicação, conta um pouco sobre suas memórias relativas ao período em que habitou uma favela carioca enquanto era frade franciscano em formação. Seus relatos articulam-se a dados sobre duas irmãs não identificadas de mais de setenta anos, que moram há mais de trinta numa favela vizinha. Nesse sentido, João Marcus busca contrastar o modo de atuação dessas irmãs franciscanas no Complexo do Alemão com as intervenções das Unidades de Polícia Pacificadora – as UPPs. A presença religiosa das irmãs estaria, antes de tudo, identificada a partir do paradigma da dádiva de Marcel Mauss (dar-receber-retribuir), contribuindo para a formação de uma rede de ajuda mútua; enquanto que as intervenções estatais, por meio das UPPs, estariam ligadas não somente ao controle do tráfico, mas também ao controle da organização cotidiana dos moradores, sendo encaradas como uma obrigação.

O capítulo escrito por Luci Faria Pinheiro levanta questionamentos importantes. Partindo de sua experiência em uma comunidade de Petrópolis (RJ), onde será aplicado um projeto de pesquisa e extensão voltado para a questão socioambiental, a autora busca investigar o potencial de mobilização do ecumenismo no apoio às lutas sociais. Isso porque a comunidade em questão, alvo de remoções devido à sua grande possibilidade de deslizamento, possui onze denominações religiosas em seu interior, num total de aproximadamente vinte mil habitantes. Dito isso, Luci expõe as novas configurações do diálogo inter-religioso na atualidade – impulsionadas pelo Concílio Vaticano II, mas, ao mesmo tempo, extrapolando as ações da Igreja Católica –, questionando seus limites, suas possibilidades e seus desafios para os interesses sociais mais amplos de comunidades como a estudada no presente estudo de caso.

Por fim, o último trabalho, escrito por Mariana Vieira, faz uma análise durkheimiana do fenômeno popular do “menino da tábuá”, manifestação religiosa da cidade de Maracaí, oeste paulista. Nascido num bairro rural com

muitas famílias convertidas ao protestantismo, Antônio Marcelino (1900-1945) foi considerado, ao mesmo tempo, uma aberração da natureza e polo de divindade. Seu aspecto terrível, efeito de problemas genéticos, despertou repulsa física e atração espiritual, sendo incorporado como uma figura mística por moradores locais e de sítios vizinhos, que buscavam nele auxílio e graças para suas dificuldades. Com a sua morte, foi erguida uma capela em nome de “menino da tábua”, como ficou conhecido, para que se acolhessem pedidos, sacrifícios, ofertas e agradecimentos. Esse caso é utilizado pela autora como um exemplo que ilustra a suposta relação endêmica da sociedade brasileira com a doutrina católica. Ocorrido numa região que recebeu missões protestantes – as quais teriam reconfigurado a visão de mundo local a partir de uma perspectiva mais terrena – o fenômeno do “menino da tábua” teria, por fim, levado a uma revalorização da cosmologia católica. Como um “lençol subterrâneo” da cultura brasileira, a fé católica teria emergido novamente, tendo seus elementos incorporados ao credo protestante ainda vigente.

Concluindo, esta coletânea apresenta um bom panorama acerca das possibilidades de comunicação entre religiões e movimentos sociais na atualidade, especialmente entre aqueles que reivindicam direitos civis e aqueles que buscam a reestruturação social. Ainda que a maioria dos trabalhos tenha se concentrado na matriz cristã, o livro permite que transitemos por diversos contextos, incitando debates complexos e polêmicos que abrangem desde os problemas urbanos metropolitanos até a realidade, em relação aos confins rurais brasileiros.

Recebida em: 01/03/2015

Aprovada em: 23/03/2015